



Nilton Nunes, presidente da ABD, fala na mesa-redonda sobre o curta-metragem, em Acesita, tendo ao seu lado Eduardo Lacerda, diretor independente de Minas Gerais.

Rio, e de outra da ABD, em Minas; a criação de uma cooperativa de filmes em Super-8, ligada aos cineclubes; a realização regional de cursos de cinema nos moldes dos realizados no Rio; a necessidade de uma divulgação maior, por parte dos cineclubes, de todo material referente ao curta-metragem.

No Encontro dos Cineclubes de Minas Gerais, promovido pela FCCMG, com a presença do seu presidente Manuel Villas Boas, foi realizada uma sessão plenária sobre o tema *Propostas Organizativas dos Cineclubes*.

A III Semana do Cinema Brasileiro, que prestou uma homenagem à memória de Paulo Emílio Salles Gomes, falecido no ano passado, teve o patroci-

nio da Embrafilme, Funarte, Coordenadoria de Cultura de Minas Gerais, Conselho Estadual de Cultura (MG), Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita), Prefeitura Municipal de Timóteo, Prefeitura Municipal de Ipatinga e Hotel Sawan. Contou ainda com a colaboração e o apoio das seguintes entidades: AMPC, Associação Brasileira de Cineastas (ABRACI), Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Cineclubes (CNC), Associação Paulista de Cineastas (APACI), Associação Brasileira de Documentaristas (ABD), Federação de Cineclubes de Minas Gerais e R & V Executivos em Relações Públicas e Comunicação (MG).

(Vera Brandão)

VII JORNADA DE SALVADOR

Os cineastas presentes à VII Jornada Brasileira de Curta-Metragem, realizada em Salvador de 8 a 15 de setembro último, fizeram entrega ao Ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, de um documento sintetizando as principais reivindicações da classe cinematográfica quanto ao relacionamento entre o cinema e a televisão no Brasil.

Antes mesmo de receber o documento, em reunião no auditório da Associação Baiana de Imprensa, o Ministro enviara um

comunicado escrito aos participantes da Jornada assegurando que um dos objetivos da nova lei das comunicações "é estabelecer mecanismos legais que propiciem o surgimento de uma televisão genuinamente brasileira" e que iria a Salvador "com o espírito de ouvir sugestões e debater com os cineastas um melhor aproveitamento da produção cinematográfica nacional pela televisão brasileira, uma exigência ditada pelo próprio estágio de desenvolvimento da nossa televisão".

O documento entregue ao Ministro Quandt de Oliveira foi elaborado ao final do *Simpósio Cinema/TV*, um dos eventos mais importantes da VII Jornada Brasileira de Curta-Metragem. Esse simpósio, do qual participaram os cineastas e homens de televisão Paulo Gil Soares, Fernando Jordão, João Batista de Andrade, Walter Lima Jr. e Eduardo Coutinho, entre outros, discutiu exaustivamente um tema constituído de quatro itens: 1) produção interna (filmes financiados pelas empresas de TV e realizados por suas próprias equipes, para exibição no vídeo); 2) produção externa (filmes produzidos por empresas independentes e negociados com as estações para exibição televisiva); 3) estrutura da TV brasileira e sua capacidade de absorver uma produção cinematográfica regular; 4) legislação específica para a exibição cinematográfica através de estações de TV.

Nada menos de seis Mostras de filmes curtos foram realizadas durante a VII Jornada de Salvador, que registrou uma quantidade recorde de inscrições, superando a casa dos 130 títulos. Além da Mostra Oficial e da Mostra Paralela dos filmes inscritos, os participantes puderam assistir a uma Mostra do Filme Latino-Americano, a uma Mostra

do Filme Infanto-Juvenil, à retrospectiva Vinte Anos da Cinemateca do MAM e à retrospectiva em homenagem póstuma a Olney São Paulo, reunindo alguns dos títulos mais expressivos da obra do cineasta falecido no começo deste ano. Além disso, a Jornada contou com uma programação de realizações em *video-tape*.

A VII Jornada, seguindo uma tendência dos últimos anos, não teve caráter competitivo, em atendimento a uma constante reivindicação dos curta-metragistas. Foi feita apenas, no último dia, a votação popular do melhor filme exibido na Jornada, independente de gênero ou bitola, tendo direito a voto todos os participantes portadores de credencial. A escolha do público recaiu sobre o filme *Leucemia*, de Nolton Nunes (Rio de Janeiro, 35mm, 8 minutos, 1978), que recebeu o Troféu *Humberto Mauro*, oferecido pela Embrafilme. Também foram muito votados *Os Queixadas*, de Rogério Correia, *Exposed*, de Edgar Navarro, *Dia de Erê*, de Olney São Paulo, *Foi Pena Que*, dos Irmãos Wagner, e *Brabeza*, de José Umberto e Robinson Roberto.

Outros eventos importantes deste ano foram o Simpósio dos Documentaristas Brasileiros, que discutiu a possibilidade da constituição de um Conselho Nacional de Documentaristas, congregando representantes de todos os Estados onde os realizadores já contam com associações de classe em funcionamento; e o seminário sobre *A Música e o Cinema Brasileiro*, coordenado pelo compositor J. Lins, com o objetivo de estimular a criação de trilhas sonoras originais para os filmes brasileiros.

Realizada mais uma vez sob a coordenação de Guido Araújo, e dedicada à memória

de Paulo Emílio Salles Gomes (que faleceu, no ano passado, exatamente na época da VI Jornada), a VII Jornada de Salvador contou com o apoio do Governo do Estado da Bahia, da Embrafilme, da Cinemateca do MAM e do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, além das associações de documentaristas de todo o país.

UM MANUAL BÁSICO

A Embrafilme editou, recentemente, uma obra fundamental de consulta para todos os profissionais e estudiosos do nosso cinema, que pode ser adquirida em algumas das principais livrarias do País: a *Legislação do Cinema Brasileiro*, atualizada e comentada, em dois volumes. Seu autor, Alcino Teixeira de Mello, atual presidente do Conselho Nacional de Cinema e membro do Conselho de Administração da Embrafilme, é especialista no assunto há mais de dez anos e assim explica o objetivo e o conteúdo do manual:

"Tendo ocorrido, a partir de dezembro de 1975, grandes modificações na estrutura dos órgãos que regem os destinos da cinematografia no Brasil, transferidas que foram à Empresa Brasileira de Filmes S.A. — Embrafilme — as atribuições antes exercidas pelo Instituto Nacional do Cinema, extinto pela Lei n.º 6.281, de 9 de dezembro de 1975, ao mesmo tempo que surgia o Conselho Nacional de Cinema — Concine — criado pelo Decreto n.º 77.299, de 16 de março de 1976, fazia-se necessário dotar, todos quantos estão engajados na tarefa de defesa de nosso cinema, com um instrumento de trabalho que viesse facilitar o desempenho de suas atividades. Daí haver decidido comentar